



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

WELLY MARIA CARAÚ PEREIRA

**O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGICOS E AS POLÍTICAS DE
VALORIZAÇÃO DOCENTE**

ANGICOS

2023

WELLY MARIA CARAÚ PEREIRA

**O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGICOS E AS POLÍTICAS DE
VALORIZAÇÃO DOCENTE**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Fádyla Késsia Rocha de Araújo.

ANGICOS

2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

P436p Pereira, Welly Maria Carauá.
O Plano Municipal de Educação de Angicos e as
políticas de valorização docente / Welly Maria
Carauá Pereira. - 2023.
36 f. : il.

Orientadora: Fádyla Araújo.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2023.

1. Educação. 2. Plano Municipal de Educação. 3.
Valorização docente. I. Araújo, Fádyla, orient.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

WELLY MARIA CARAÚ PEREIRA

O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGICOS E AS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do
Semi-Árido como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Defendida em: 24/05/2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 FADYLA KESSIA ROCHA DE ARAUJO ALVES
Data: 26/05/2023 18:51:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves (UFERSA)
Presidente

Documento assinado digitalmente
 MAGNUS JOSE BARROS GONZAGA
Data: 26/05/2023 14:11:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Magnus José Barros Gonzaga (UFERSA)
Membro Examinador

Documento assinado digitalmente
 MARIA DAS VITORIAS FERREIRA DA ROCHA
Data: 26/05/2023 17:33:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Maria das Vitórias Ferreira da Rocha (IFESP)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Terminando o ensino médio, se me perguntassem qual carreira eu gostaria de seguir, ser professora não estaria em nenhuma das minhas opções. No início da graduação, confesso que o meu pensamento seria não seguir por esse caminho, mas fui incrivelmente surpreendida. A Licenciatura em Pedagogia me ajudou a me tornar tudo que sou hoje. Me fez ver o mundo de outra forma – ainda mais bonita – e me permitiu ver a vida muito além do meu umbigo. O contato com a universidade, professores e colegas de curso me ajudou a construir toda a bagagem acadêmica e pessoal que irei carregar comigo até o fim de minha vida. Mas, principalmente, o que me transformou foi ter a chance de enxergar o mundo através do olhar das crianças.. e perceber que apesar das dificuldades, ele pode (e deve) ser mágico. Dedico essa conquista primeiramente a Deus, por me permitir chegar aqui. A minha família, que sempre me incentivou e me deu forças nessa longa caminhada. Ao meu marido, que além de ter sido o maior presente dessa jornada, acreditou em mim quando nem eu mesma acreditava. A minha orientadora, a Prof.^a. Dr^a Fádyla Araújo, por todos os ensinamentos, disponibilidade e paciência. A minha banca examinadora, por ler o meu trabalho e enriquecer ele ainda mais. E, por fim, a mim mesma, que apesar dos altos e baixos, me mantive constante e perseverante nessa caminhada

Antes de todo recomeço existe medo, tristeza e frustração. E depois? Só quem recomeça é capaz de descobrir. (Autor desconhecido).

RESUMO

O presente trabalho intitulado “O Plano Municipal de Educação de Angicos e as políticas de valorização docente” tem como objetivo analisar o Plano Municipal de Educação (PME) de Angicos enquanto uma política pública da educação brasileira. Para alcançar esse objetivo, foi feita uma análise de dados definida de forma qualitativa, através de estudos bibliográficos, documentais e entrevistas. Por essa razão, a coleta de dados foi definida na medida em que se esteve analisando as informações. A pesquisa foi encaminhada mediante exame, consulta e análise de livros, teses e dissertações, documentos oficiais e legislações, num processo de investigação bibliográfica, com o auxílio de autores como Afonso (2003), Cabral Neto (2006), Oliveira (2008) e Moura (2018). Analisando o PME e através das entrevistas realizadas, é notório que a comissão elaboradora do documento tem uma visão romantizada de como o documento vem sendo executado, quando na verdade, observou-se que a implementação dessa política não tem funcionado tão bem quanto se espera. O Plano Municipal de Educação, na verdade, não pode ser executado em sua integralidade, o que nos faz refletir sobre a visão das pessoas acerca da educação deste município, especialmente em função da política de ajuste fiscal que foi decretada no país nos últimos anos, o que limita, em grande medida, a implementação das ações previstas no Plano Municipal de Educação.

Palavras-chave: Educação. Plano Municipal de Educação. Valorização Docente.

ABSTRACT

The present work entitled “The Municipal Education plan of Angicos and the policies of teacher appreciation” aims to analyze the Municipal Education Plan (PME) of Angicos as a public policy of Brazilian education. To achieve this objective, a qualitative data analysis was carried out, through bibliographical, documentary studies and interviews. For this reason, data collection was defined as the information was being analyzed. The research was conducted through examination, consultation and analysis of books, theses and dissertations, official documents and legislation, in a process of bibliographical investigation, with the help of authors like Afonso (2003), Cabral Neto (2006), Oliveira (2008) e Moura (2018). Analyzing the PME and through the interviews, it is clear that the committee that prepared the document has a romanticized view of how the document has been implemented, when in fact, it was observed that the implementation of this policy has not worked as well as expected. The Municipal Education Plan, in fact, cannot be implemented in its entirety, which makes us reflect on people’s view on education in this municipality, especially in view of the fiscal adjustment policy that whas enacted in the country in recent years, which limits, to a great extent, the implementation of actions foreseen in the Municipal Education Plan.

Keywords: Education, Municipal Education Plan; Teaching aprecciation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDE B	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PEE	Plano Estadual de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SNE	Sistema Nacional de Educação
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
1.2 OBJETIVOS	13
GERAL	13
ESPECÍFICOS	13
1.3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	14
2. Contextualizando e conhecendo o Plano Municipal de Educação	16
3. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE ANGICOS: VALORIZAÇÃO DOCENTE EM FOCO	20
4. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PME EM ANGICOS/RN	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	30
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	33
ANEXO A – COMISSÃO LOCAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 057/2015, DE 04 DE MAIO DE 2015	34

1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação é uma política pública da educação brasileira que vem sendo implementada desde o ano de 2014 em meio a muitas adversidades, contradições e reivindicações das entidades de classe da categoria docente. O Plano Municipal de Educação faz parte dessa política - Lei n. 13.005/2014, e a Política de Valorização Docente está presente nestes documentos entre as metas e estratégias a serem alcançadas na educação brasileira.

Nessa perspectiva, esta pesquisa compreende uma proposta de trabalho de conclusão de curso que visa debater tais políticas. O objetivo é analisar o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Angicos/RN enquanto uma política pública da educação brasileira. Espera-se, também, analisar a Política de Valorização Docente no município de Angicos a partir do PME e analisar os desdobramentos do Plano Nacional de Educação na rede pública municipal de educação de Angicos/RN, considerando as metas sobre valorização docente.

Este trabalho é resultado da minha participação, como membro de pesquisa voluntária, no Grupo de Estudo e Pesquisa em Teoria Política, Sociedade e Educação (Geteps), especificamente, vinculada ao projeto de pesquisa intitulado “O Plano Municipal de Educação de Angicos como reflexo da política nacional e as políticas de valorização docente”.

O projeto, ora apresentado, destaca, além desta introdução, objetivos, procedimentos teórico-metodológicos, tópicos sobre o Plano Municipal de Educação e como a valorização docente está nele contemplada e o resultado das entrevistas.

Segundo Cabral Neto e Macêdo (2006, p. 211), diante do processo de transformações ocorridas no Brasil organizam-se as estruturas sociais, políticas e econômicas vigentes, “as reformas educacionais, implementadas principalmente a partir dos anos de 1990, destacam o papel dos professores, concebendo-os como os principais agentes materializadores das políticas educacionais”. Em face dessa realidade, evidenciam-se novas exigências em torno desses profissionais, as quais são fruto de um contexto mais amplo, que nos permite compreender a educação como um mecanismo de regulação do Estado.

As mudanças estruturais efetuadas na economia e na sociedade passam a exigir mudanças na educação, bem como um novo perfil do profissional da educação, logo, essas mudanças implicam diretamente alterações nas políticas educacionais, inclusive, nas políticas de valorização docente. Os trabalhadores docentes se veem então forçados a dominarem práticas e saberes que antes não eram exigidos deles para o exercício de suas funções e, muitas vezes, recebem tais exigências como algo inerente ao avanço da autonomia e da democratização da escola.

Diante dessas mudanças assiste-se uma ampliação do trabalho docente que passa a contemplar além das atividades em sala de aula, as reuniões pedagógicas, a participação na gestão da escola, o planejamento pedagógico, entre outras tarefas (OLIVEIRA, 2008, p. 7). O trabalho docente foi ampliado, no entanto, encontra-se ameaçado pelo fenômeno que Oliveira (2004) denomina de precarização do trabalho docente, resultado da intensificação desse trabalho, ampliação do raio de atuação do professor e, conseqüentemente, maior desgaste e insatisfação por parte desses trabalhadores. Nesse sentido, este trabalho visa contemplar uma investigação acerca da análise das políticas de valorização docente contempladas no Plano Municipal de Educação de Angicos, observando sua implementação e assumindo que ele faz parte dessa política nacional. Considerando-se, também, o fato de que os planos educacionais constituem uma política de planejamento das ações a serem implementadas na educação.

Apesar de todas as limitações, o PNE (2001), como cita Azevedo (2002), representou um documento importante para a educação brasileira ao se considerar que sistematizou um conjunto de diretrizes, metas e estratégias para todos os níveis e modalidades de ensino, o que foi um passo crucial para a organização do planejamento da educação no Brasil. Nessa mesma perspectiva, o PNE (2014) segue a proposta de garantir o planejamento da educação brasileira ao longo de dez anos, atendendo a todos os níveis, etapas e modalidades com metas e estratégias que visam garantir o direito à educação com qualidade social.

Uma luta da categoria docente que é contemplada no planejamento dos Planos de Educação é a da valorização docente, todavia, ela vem sendo executada de formas contraditórias. Ao analisar o Plano Municipal de Educação, se encontram quatro metas voltadas para os docentes no documento, que contemplam a formação no ensino superior, estimulação da formação de pós graduação desses profissionais,

a formação continuada, a equiparação do rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente e a garantia de planos de carreiras. Todavia, é preciso analisar se elas estão sendo realmente cumpridas, como também o processo que está sendo realizado para que se possa alcançá-las.

Dessa forma, essa pesquisa tem como questão norteadora: Como a valorização docente está contemplada no Plano Municipal de Educação de Angicos/RN?

Pressupõe-se que o Plano Municipal de Educação de Angicos contempla a política de valorização docente nas suas metas e estratégias, no entanto, a implementação deste plano está comprometida, considerando-se os cortes orçamentários executados nos últimos anos para a educação brasileira, limitando a garantia de todas as metas e estratégias, destacando-se as metas a serem alcançadas para a garantia da valorização dos professores. Além disso, considera-se a ausência do acompanhamento da implementação do Plano Municipal de Educação, de maneira que há comprometimentos na execução das metas traçadas e, portanto, comprometimento do planejamento realizado no plano.

1.2 OBJETIVOS

GERAL

- Analisar o Plano Municipal de Educação (PME) de Angicos enquanto política pública da educação brasileira.

ESPECÍFICOS:

- Analisar a Política de Valorização Docente no município de Angicos a partir do PME;
- Analisar os desdobramentos do Plano Nacional de Educação na rede pública municipal de educação de Angicos/RN, considerando as metas sobre valorização docente.

1.3 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Analisar-se-á o objeto de investigação considerando a essência dos acontecimentos advindos da política educacional em nível nacional e local, no que se refere à valorização dos docentes da educação básica no processo de implementação do PNE, e não apenas à sua aparência. Assim, se desvelou as contradições do referido objeto, uma vez que ele não está isolado dos aspectos sociais, econômicos e políticos que o compreendem. Para tanto, se fez os estudos partindo de uma análise materialista histórica dialética que oportunizou considerar a realidade em um contexto social, político e econômico. Logo, consideramos o processo da pesquisa em sua totalidade, e não apenas os resultados ou produtos.

Por essa razão, a análise de dados foi definida de forma qualitativa, na medida em que se esteve analisando as informações. A pesquisa foi encaminhada mediante exame, consulta e análise de livros, teses e dissertações, documentos oficiais e legislações, num processo de investigação bibliográfica, contemplando três eixos simultâneos e articulados entre si: a) a análise de fontes a respeito do contexto histórico (2015; 2017 e 2020); b) o conteúdo dos documentos oficiais; e c) as considerações de autores sobre a temática em questão.

Se percorreu o objeto de investigação estabelecendo relações entre o contexto da política educacional nacional e local (Angicos) e a problemática da valorização docente, junto à leitura de documentos nacionais e legislações da década de 1990 e século XXI, bem como ao seu aprofundamento mediante autores no campo da valorização docente.

Para introduzir a problemática da pesquisa, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, já a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Após isso, foi realizada uma entrevista com algumas das pessoas que contribuíram para a construção do Plano Municipal de Angicos, para entender como foi o processo de elaboração desse documento e como eles buscaram contemplar a valorização docente. Para Gil (2002) a entrevista:

Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. Pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorar ao longo de seu curso. Pode ser, enfim, totalmente estruturada quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas.

Dessa forma, foi feita uma entrevista estruturada, sendo guiada por perguntas previamente formuladas. Após os dados coletados da entrevista, foi feita uma análise sobre eles, para o que Gil (2002) atenta que deve ser feito com muito cuidado, pois:

A interpretação dos dados nos estudos de corte requer muitos cuidados, pois, a despeito de suas semelhanças com o delineamento experimental, apresentam muitas limitações. Assim, o pesquisador, ao procurar generalizar as observações, deverá levar em consideração vários fatores que podem conduzir a interpretação equivocada

Todos os dados foram analisados fazendo-se relações com os estudos de teóricos da política educacional, como Afonso (2003); Cabral Neto (2006); Oliveira (2008); Moura (2018), entre outros, os quais contribuíram com as análises acerca do Plano Nacional de Educação como estratégia de planejamento da política nacional, destacando-se os desafios da formação continuada de professores e proporcionando uma leitura compreensiva da realidade brasileira dos trabalhadores docentes.

2. Contextualizando e conhecendo o Plano Municipal de Educação

Draibe (2001) descreve as políticas públicas como ações que estão relacionadas a intervenções no caráter público na realidade social, e que não se detêm apenas ao aparato estatal e as instâncias governamentais, mas também a organizações não governamentais e privadas.

Quando se trata de políticas educacionais, o que a diferencia das outras políticas da área de humanas é o uso desse conceito no plural, ou seja, não é apenas uma política, mas várias e diferentes políticas na área.

Uma das principais políticas educacionais que vem sendo implementada no Brasil e está passando por um conjunto de avaliações em processo é o Plano Nacional de Educação - PNE. Ele foi criado com o objetivo desenvolver a educação em todas as suas instâncias (nacional, estadual e municipal) através de metas e estratégias. No seu atual documento em vigência (Lei n. 13.005/2014), o seu Art. 8º determina que: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE”. Como consequência disso, surgem os Planos Municipais de Educação.

O Plano Municipal de Educação é uma política educacional voltada para o município e seus reais problemas, com intenções, ações e reflexões que pensam em estratégias que contemplem a educação de determinado lugar em curto, médio e longo prazo, com base em um diagnóstico realizado pelo próprio município.

O Plano Municipal de Educação da cidade de Angicos/RN contempla várias metas em relação à classe docente, sendo elas, as metas 15, 16, 17 e 18. A meta 15 afirma que: “Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da LDB, no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica, possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. A meta 16 define que: “Estimular a formação, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica, formação

continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino, conforme constante no PNE”. A meta 17 afirma: “Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o prazo final do 6º ano da vigência do PNE”. E, a meta 18 define que “Assegurar, no prazo de 02 (dois) anos, a existência de planos de carreiras para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal”. Para cada uma dessas metas, são traçadas diversas estratégias que representam as ações a serem desenvolvidas para que as metas sejam alcançadas.

De acordo com o caderno de orientações disponibilizado pelo Ministério da Educação, intitulado Plano Municipal de Educação (Brasil, 2014): “Para que a Prefeitura possa enfrentar os desafios relativos às metas do PME aprovado, precisa contar com um plano estratégico de governo e com a vontade política dos dirigentes municipais para impulsioná-lo nos primeiros anos da crucial etapa de um plano decenal de educação”.

Assim sendo, Selivan e Poli (2018) destacam que para o processo de construção dos Planos Municipais de Educação:

O que ocorreu, neste contexto, ao que parece, é a efetivação de parte do dever constitucional dos estados e municípios, ou seja, o compartilhamento de ações sob a perspectiva do pacto federativo entre os entes federados. Assim sendo, os planos foram elaborados a partir de esforços traçados em esfera nacional, demandando a articulação e o alinhamento de metas e estratégias entre os diversos entes da federação, de modo a viabilizar uma política educacional efetivamente nacional, num país de grandes dimensões territoriais como é o Brasil. Nesse sentido, esse processo não pode ser compreendido como algo que simplesmente “veio de cima”, algo imposto, pois a União, como órgão central, tem um papel condutor da política nacional.

Esses planos compreendem o conjunto das reformas das políticas educacionais que estão em curso no Brasil em conjunto com a globalização. Ambas estão causando um mal estar nos docentes, considerando o nível de exigência que vem sendo atribuído a esta categoria, intensificando suas demandas. De acordo com Freire (2014), isso interfere mais especificamente na profissionalidade e profissionalização dos professores.

Muitas dessas mudanças que ocorreram na sociedade são frutos das globalizações, através das políticas educativas implantadas e monitoradas pelos governantes nas instituições de ensino a fim de atingir os resultados impostos pelas instituições financeiras que investem na educação do Brasil e para prestar contas à sociedade em relação ao que é investido financeiramente (FREIRE, 2014. p. 53).

Nas últimas décadas, devido ao neoliberalismo e a globalização, novas exigências foram impostas a educação, e, conseqüentemente, aos professores

[...] parece claro que hoje assistimos a um movimento de reestruturação escolar, ao qual aderem vários países. Os seus componentes essenciais são: a descentralização das decisões e a introdução de uma participação intensa da comunidade, num espírito de gestão em parceria; a imputabilidade das decisões; a profissionalização do ensino e a prescrição de um programa nacional comum novamente centrado nos saberes básicos (LESSARD; TARDIF, 2009, p. 260).

Com essa reestruturação acontecendo no âmbito escolar, o professor passa a assumir papéis antes desconhecidos por ele, passando a ser responsável não somente pelo rendimento do seu aluno, como também “[...] da escola e, inclusive, do sistema educacional, o que encobre as verdadeiras causas dos baixos resultados da educação, determinados por outros fatores” (OLIVEIRA, 2004b, p. 1131). Dessa forma, os docentes estão sujeitos, dia após dia, a pressões além das que estão na base da sua profissão, o que acaba sendo um ponto de tensão individual não somente em seu trabalho, como também em sua vida.

Partindo de uma concepção de educação humanizada, se torna imprescindível o papel do professor como agente de transformação e formação na vida das pessoas, e assim, da comunidade. Mas, levando em consideração aspectos atuais, como a busca incessante da formação dos jovens na escola para o mercado de trabalho, essa perspectiva é deixada de lado juntamente com a função social que a profissão docente deveria ter. Como cita Moura (2004) é fundamental ter uma utopia a alcançar a sociedade igualitária na qual a formação humana seja integral para todos. A formação omnilateral ao invés da formação unilateral, cuja racionalidade é atender às demandas imediatas do mercado de trabalho. Ou seja, a formação que inclui também o trabalho é uma formação integral, entretanto a que educa para o mercado de trabalho, é uma formação unilateral.

Como se não fosse o bastante todas essas configurações, somadas a falta de formação adequada e crises de identidade, ainda encontramos atualmente algumas alterações que têm contribuído para o desgaste dos professores, o que Nóvoa (2007) pontua como a intensificação do trabalho cotidiano nas escolas, a

importância crescente aos dispositivos de controle e avaliação dos professores, a intensificação de solicitações decorrentes da reforma do sistema educacional, a mudança no modo de relacionamento com os pais e as comunidades e o enquadramento recente da formação contínua.

3. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DE ANGICOS: VALORIZAÇÃO DOCENTE EM FOCO

O Plano Nacional de Educação está recomendado na Constituição Federal de 1988 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Esse documento tem características que passam por diversos grupos políticos e gestões, e assim, se tornam uma importante ferramenta para a elaboração dos planos de governo. Dessa forma, deve ser fortalecido enquanto uma política pública de estado que esteja pautada na cidadania e na justiça social (OGIBA, 2018).

Na atualidade, está em vigência a Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprovou o PNE 2014-2024 e assim, estabelece diretrizes e metas para a educação nacional. Na tentativa de buscar um Sistema Nacional de Educação (SNE), alinhado com as metas nacionais, estaduais e municipais, essa lei determinou que estados e municípios teriam um prazo de um ano, a partir da publicação da mesma, para desenvolver seus Planos Estaduais (PEE) e Planos Municipais (PME). Assim, esses documentos tentam atingir essas metas locais para que, conseqüentemente, contribuam para o cumprimento das metas nacionais.

As metas e estratégias do PNE contemplam as seguintes temáticas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, Ead, educação tecnológica e formação profissional, formação de professores, PNE e diversidades e financiamento da educação.

O Plano Municipal de Educação de Angicos/RN foi instituído pela lei municipal nº 1.024/2015, sendo elaborado com a participação de diferentes segmentos que fazem parte do quadro de servidores que compõem o quadro municipal. As metas, em sua maioria, se mantiveram iguais às que foram aprovadas no PNE, e adaptadas de acordo com a realidade do município. Quando se trata de valorização docente, como já dito anteriormente, ela é contemplada em quatro metas.

A décima quinta meta vem falar sobre a garantia que todos os professores da educação básica, possuam formação específica de nível superior, obtida por meio de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Para isso, entre as estratégias pretende-se ampliar a parceria com instituições de Educação Superior que oferecem cursos de formação inicial e continuada na Plataforma Freire e diligenciar junto às IES públicas, cursos e programas especiais que assegurem formação específica na educação superior aos docentes licenciados ou não

licenciados em suas respectivas áreas de atuação. Essa meta demonstra um caráter articulador, por apontar o nível específico de formação para os professores da educação básica. Essas indicações também vão de acordo com o estabelecido nos artigos 62 e 63 da LDB, que tratam sobre a formação mínima dos docentes. Morais e Henrique (2017) ao analisarem essa meta, dão ênfase a experiência prática, pois muitos professores que atuam na educação básica não possuem formação em licenciatura ou que estejam mais próximos de questões pedagógicas.

A meta 16 vem falar sobre estimular a formação, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica e a garantia de formação continuada em sua área de atuação. Entre as estratégias, está articular com as IES, a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nas diferentes áreas do magistério, voltados para as políticas e práticas educacionais, e promover a formação continuada de docentes em diferentes áreas do conhecimento, também em artes, música e cultura, como também para que possam realizar cursos de idiomas, de Libras e em Braile, no prazo de 3 anos após a vigência do Plano. Essa meta possui grandes desafios para ser cumprida, pois ela está diretamente ligada à meta 15. Para poder alcançar a pós-graduação, é preciso atingir a formação em nível superior. Vassoler (2016) destaca a ousadia dessa meta no PNE, pois almeja um percentual muito elevado em nível de pós-graduação, o que também se torna uma realidade para os Planos Municipais.

A décima sétima meta fala sobre a valorização dos profissionais de magistério da rede pública de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio com os demais profissionais com a escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência do PME. A meta conta com estratégias como assegurar as condições e o cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino, destinado às atividades extraclasse, preferencialmente no próprio local de trabalho e priorizar a contratação de profissionais da educação municipal através de concurso público.

A meta 18 pretende assegurar, em até dois anos, a existência de planos de carreiras para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino, e também tornar como referência para o Plano de Carreira o piso salarial nacional profissional. Dentro dessa meta, se encontra estratégias como garantir no PCCR, aos docentes das redes públicas, que atuam na educação básica, incentivo remuneratório por titulação, garantir que os profissionais docentes sejam

ocupantes de cargos efetivos, exceto por motivos excepcionais, não havendo cadastro reserva e que até o segundo ano de vigência do documento, seja implementada a gestão democrática nas escolas públicas através de eleições. Essas duas metas falam sobre a valorização dos profissionais da educação básica através da questão salarial.

Analisando o PME, é possível perceber que sua normatização vem acontecendo por meio da implantação e elaboração de planos, e tem sido discutido desde a Constituição Federal de 1988, que diz em seu artigo 206 que se deve contemplar planos de carreira e o ingresso no magistério por meio de concurso público; além disso, a necessidade do piso salarial (BRASIL, 1988).

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394/96 determina que os estatutos e planos de carreira devem garantir o piso salarial, aperfeiçoamento profissional, condições adequadas de trabalho e progressão na carreira baseado em avaliação de desempenho e titulação (BRASIL, 1996). Dessa forma, o PME de Angicos contempla o Plano de Cargos.

Quando se trata das metas sobre valorização docente, o Plano Municipal de Angicos contempla da meta 15 a 18, que já foram citadas anteriormente. Levando em consideração alguns elementos das legislações nacionais (Lei nº 11738/2008, CF/88, FUNDEB, LDB 9394/96) e estudos feitos por Grochoska (2015) sobre o conceito de valorização docente, é possível dizer que os parâmetros para se definir as condições de valorização docente pode ser dividido em três eixos: condições de trabalho, remuneração e formação. Dessa forma, deve-se levar em consideração se a estrutura proposta no documento possibilita condições para a valorização baseada nesses três eixos.

Analisando as referidas metas, é possível identificar esses três eixos, pois eles são contemplados no documento. No que diz respeito às condições de trabalho, podemos identificá-la na meta 17, em sua estratégia 10, que fala sobre a promoção de políticas de valorização profissional que contemplam as condições de trabalho. Sobre remuneração, é possível identificar em evidência na meta 18, que visa assegurar em até dois anos a existência do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, de acordo com o piso salarial nacional profissional, definido em Lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. Como cita Xavier (2015):

A Lei 11.738/2008 é uma ação política do Estado, considerada necessária ao avanço da política de valorização dos profissionais do magistério da educação básica e da melhoria da qualidade de ensino e, como tal, não pode ser ignorada ou descumprida pelos entes federados. Por isso cabe a todos os órgãos do Estado brasileiro cumpri-la e fazê-la cumprir, para não transformar em letra morta o resultado de uma luta histórica dos professores e da conjugação de esforços das autoridades educacionais, gestores, profissionais da educação e outros segmentos sociais envolvidos com a qualidade da educação e com direitos das crianças e jovens no país. Esta é a lógica do Estado ao instituir o PSPN (XAVIER, 2015, p.19).

Assim sendo, é notório que o Plano Municipal de Educação contempla o Plano de Cargos. Em suas reflexões, o autor defende que com a efetivação da Lei do Piso, conseqüentemente, haverá uma melhoria na qualidade de ensino, o que é uma reflexão verdadeira. Quanto mais valorizados forem os profissionais de educação, com mais empenho eles irão trabalhar, pois estarão sendo valorizados de forma correta.

No que diz respeito à formação, ela é contemplada em várias metas do Plano, destacando-se a meta 15, que institui uma política de formação dos profissionais de educação e busca garantir que todos os professores da educação básica possuam formação específica de licenciatura em nível superior em sua área de atuação.

4. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PME EM ANGICOS/RN

Para entender como foi a criação do Plano Municipal de Educação e como se deu esse processo, foi feita uma entrevista com algumas pessoas que contribuíram para a construção deste documento, buscando informações sobre sua elaboração e como eles buscaram contemplar as metas sobre valorização docente. Ao serem procurados, alguns da comissão e dos colaboradores se recusaram a responder as perguntas, pois alegaram que já faziam anos da elaboração do documento e não lembravam de quase nada.

A entrevista teve três perguntas norteadoras. A primeira foi como foi a definição dos membros para compor a comissão de elaboração do Plano. Ao serem questionados, os entrevistados disseram que foram convidados pela então Secretaria de Educação da época, que os convidou por meio de um ofício enviado para cada instância que iria ter um representante nessa elaboração.

Considerando o caráter técnico do trabalho, o grupo pode ser composto por pessoas das equipes da Secretaria de Educação, Administração, Planejamento e Finanças do Município e, se for possível, também por representantes técnicos da Secretaria de Estado de Educação. O importante é que todos compreendam que o produto dessa equipe deve ser oferecido à Comissão para que, depois de validado, transforme-se no Documento-Base que servirá de referência para a divulgação e para o debate mais ampliado (BRASIL, 2014, p.9).

Isso pode ter contribuído significativamente para a elaboração do plano, pois as interações e características entre os sujeitos influenciam diretamente na formulação das políticas educacionais, como destaca Martins (2014)

[...] a gestação e consolidação das políticas de financiamento da educação somente é possível a partir do aprendizado que a experiência de sua implementação proporcionar e, sobretudo, pela qualidade da participação dos movimentos sociais, dos distintos segmentos da sociedade civil e dos poderes Executivo e Legislativo e do diálogo e negociação entre esses atores, que influíram em maior ou menor medida em todas as políticas instituídas e normas aprovadas no passado recente (MARTINS, 2014, p. 28).

A União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) orientou a secretária municipal na época, que fosse criada uma comissão coordenadora,

juntamente com o Conselho Municipal de Educação, e criar o Fórum Municipal de Educação, onde foi publicada portaria com representantes do governo e da sociedade indicados pela: Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipal de Angicos, 8ª Direc, Universidade Federal Rural do Semi Árido-UFERSA, Igrejas, Sindicatos, diretores de escolas urbanas e rurais, professores, Secretaria de Finanças e Administração. Ao receberem o ofício, todas as instâncias convocadas escolheram um membro para representá-las.

Depois de formar essa comissão, foi iniciado o processo de elaboração do PME. A Secretaria Estadual de Educação, juntamente com a UNDIME, realizou vários treinamentos e capacitações, onde tiveram como base o Plano Nacional e o Plano Estadual de Educação, que seriam os documentos norteadores para a criação do Plano Municipal. Se dividiu em equipes e foi criado um cronograma de trabalho, onde cada equipe tinha seu trabalho específico de acordo com as metas do documento e também com o perfil de cada colaborador, e as ideias eram discutidas em plenárias.

Para a elaboração do Plano foi indispensável o conhecimento detalhado da realidade sócio econômica do município. Essa etapa foi primordial como sendo o ponto de partida do planejamento a ser proposto. O conhecimento da realidade do nosso município permitiu que o Plano efetivamente buscasse superar as fragilidades existentes e dinamizar as potencialidades (entrevistado 3)

Nesses encontros, após as equipes se reunirem, eram feitas apresentações das propostas que cada grupo tinha pensado e assim, após os debates, se colocava nas metas e estratégias do Plano.

No que tange a valorização docente, a comissão e colaboradores buscaram informações sobre a realidade local municipal em consultas e busca de informações no IBGE, INEP, MEC e FNDE, e também em escolas locais, universidade, secretarias municipais pertinentes para ocasião, e outro instrumento importante foi o site Planejando a Próxima década.

As discussões giraram em torno de assegurar todos os direitos dos professores/profissionais da educação: aperfeiçoamento, formação continuada, progressão funcional e vertical, o pagamento do piso salarial ou quando não estipulado o pagamento do reajuste, tomando como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dentre outros direitos” (Entrevistado 2)

Ao observar o PME da cidade, realmente se percebe que as suas metas foram baseadas no Plano Nacional, contudo, as estratégias foram adaptadas de acordo com a realidade local do município. Podemos ver estratégias que envolvem a valorização e remuneração do docente, que é de grande importância para o cumprimento de garantia desses direitos.

Entretanto, com o passar dos anos e chegando ao fim o prazo de vigência do documento, podemos perceber que algumas estratégias não estão sendo cumpridas, como a 17.7, que visava a criação de uma comissão que tivesse representantes da secretaria de educação, profissionais da área, e o Legislativo e Conselhos Municipais que fossem ligados a mesma, para a elaboração de um diagnóstico, debates e o acompanhamento da valorização dos profissionais da educação no município. Até então, essa comissão não foi criada e não está havendo esse acompanhamento, o que dificulta a execução do plano enquanto estratégia de planejamento para a educação nacional, tendo em vista que se precisa de um acompanhamento durante esse processo para que haja a efetivação do mesmo.

No que diz respeito a como foi criado o diagnóstico para se pensar nas metas, ele foi feito pela Secretaria Municipal de Educação, na pessoa da assessora pedagógica, e assim, repassado para os colaboradores.

Após selecionar e reunir os principais dados e informações sobre a situação educacional do município, se iniciou a elaboração do diagnóstico, com informações qualitativas e quantitativas, da situação educacional de Angicos, conforme orientações do Caderno já mencionado, que nos direcionou (entrevistado 7)

Esse caderno os direcionava para a análise da oferta educacional do município por níveis, etapas e modalidades, para o número de escolas públicas (federais, municipais ou estaduais) e privadas no município, número de matrículas por nível, etapa e modalidade (se possível, com detalhamento por turnos e rede), estrutura física das escolas (especificando necessidades de reforma ou ampliação), quadro de profissionais comparado às necessidades técnicas, pedagógicas e de apoio, série histórica do IDEB (com detalhamentos de seus indicadores), distorção idade-série em cada etapa de ensino, capacidades técnica e financeira disponíveis para a educação no município, projetos educacionais em execução pela Prefeitura, governo do estado, Ministério da Educação e terceiro setor no município, população

residente por faixa etária e escolaridade e planos de expansão das faculdades, universidades e escolas técnicas no município ou na região.

De acordo com o Documento norteador para Plano Municipal de Educação (2005) a implementação de um processo democrático que possa nortear a elaboração do Plano Municipal de Educação pode estar centrada em dois componentes: a garantia de participação de diferentes setores, entidades e segmentos que conferem um amplo caráter político a esse processo e a garantia de pessoal e suporte técnico. O político diz respeito à participação da sociedade no processo de construção do documento, nos debates, sugestões e etc. No plano de Angicos, buscou-se respeitar isso a partir do momento em que diferentes pessoas de vários eixos da sociedade fizeram parte dessa construção, e estiveram presentes em todo o processo da criação do documento. O suporte técnico diz respeito à busca por dados e estatísticas que vão ajudar no planejamento e criação do documento, o que também foi feito com a busca dos dados no IBGE, INEP, MEC e FNDE, como já citado anteriormente.

Assim sendo, a educação municipal pública atualmente e também pelos próximos 10 anos por esse documento, que deixa estabelecido, assim como no Plano Nacional de Educação, a obrigatoriedade do monitoramento do plano, que é apresentado em seu Artigo 5º

A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Comissão de Educação da Câmara Municipal;
- III - Conselho Municipal de Educação;
- IV - Fórum Municipal de Educação (ANGICOS, 2015, p. 2)

Palumbo (1998) diz que “as políticas públicas estão em constante mudança, pois passam por reformulações e transformações, podendo não se efetivar ou ser substituída por novas abordagens ou perspectivas”. Também acrescenta que, as políticas públicas podem ser entendidas como “um processo ou uma série histórica de intenções, ações e comportamento de muitos participantes” (1998, p.35). Dessa forma, podemos entender que políticas públicas são constituídas por várias ações públicas que são executadas pelo governo que movimentam e influenciam parcialmente a sociedade em geral.

Assim sendo, e tendo a educação como um direito público que é subjetivo, é preciso um esforço da gestão pública para o monitoramento dessas políticas, se elas estão sendo bem sucedidas ou fracassadas.

Entretanto, para o PME ser efetivado, é necessário que haja esse monitoramento, o que acaba sendo uma condição de dificuldade tendo em vista muitos fatores, como a extinção da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, que era a principal responsável por dar assistência técnica e apoio aos municípios nos processos de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação. Essa secretaria foi criada em 2011 a partir de uma necessidade que foi apontada na Conferência Nacional de Educação, e em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional de Dirigentes, estruturou durante o ano de 2014 uma rede de apoio técnica para a construção do PNE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização das entrevistas feitas com a comissão e colaboradores que participaram da criação do Plano Municipal de Educação, é possível chegar a algumas conclusões.

Em algumas entrevistas, os entrevistados também disseram que na concepção deles, as metas do plano estão sendo cumpridas. Acontece que, muitos fatores inviabilizam o cumprimento dessas metas, como por exemplo a Emenda Constitucional 95/2016.

Nesse conflito, é disputado o fundo público da educação. Enquanto o PNE propõe o aumento dos recursos públicos para a educação brasileira, a Emenda Constitucional 95/2016 traz e estabelece limites para os gastos do governo federal, que consequentemente, acaba respingando sobre os recursos da educação pública. Além disso, também é importante ressaltar a falta de monitoramento e avaliação do documento, que antes eram feitos pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, que está extinta.

Dessa forma, é impossível que as metas do PME da cidade de Angicos estejam sendo integralmente cumpridas, pois essa emenda inviabiliza a execução das mesmas. Assim, se percebe que o que prevalece para os entrevistados, é uma visão muito positiva e romantizada sobre o documento e, consequentemente, sobre o desempenho do mesmo.

Para funcionar como uma política pública da educação, o PME precisa ser executado para que possa gerar seus frutos na sociedade e no âmbito da educação, todavia, apesar da visão positiva que se percebe nos membros que fizeram parte da elaboração do mesmo, ele não pode ser efetivado, o que nos faz refletir sobre o que essas pessoas estão escolhendo enxergar sobre a educação do seu município.

REFERÊNCIAS

ANGICOS, **Plano Municipal de Educação**. 2015.

AZEVEDO, Janete. **Plano Nacional de Educação e planejamento**: A questão da qualidade da educação básica. Retratos da Escola, v. 8, n. 15, p. 265-280, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Cadernos Planejando a Próxima Década: plano Municipal de Educação: caderno de orientações**. Brasília, DF: MEC/SASE, 2014d.

_____. Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/conhecendo-o-pne>>. Acesso em: 01 abr. 2023.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

DRAIBE, Sonia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

Selivan, L. T. de M., & Poli, O. L. (2018). **PACTUAÇÃO OU IMPOSIÇÃO: SIGNIFICADO HISTÓRICO-POLÍTICO DO ALINHAMENTO DE METAS E ESTRATÉGIAS NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. Teoria E Prática Da Educação**, 21(2), 59-70. <<https://doi.org/10.4025/tp.v21i2.45386>>

FREIRE, Vilma Cleucia de Macedo Jurema. **Os efeitos da globalização no trabalho/identidadedocentes**. MS thesis. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GROCHOSKA, M. A. **Políticas educacionais e a valorização do professor: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MARTINS, Paulo Sena. **A política das políticas educacionais e seus atores**. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 8, n. 15, 2014.

MORAIS, J. K; HENRIQUE, A. L. S. Formação docente e PNE (2014-2024): uma abordagem inicial. **Holos**, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 33, p. 264-274, dez. 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4512>. Acessado em: 25 mai. 2023. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2017.4512>.

MOURA, D. H. **Sociedade, educação, tecnologia e o uso das TIC's nos processos educativos**. Revista eletrônica do Neddade. 2004.

NETO, Antônio Cabral; MACÊDO, Valcinete Pepino. **Os desafios da formação continuada de professores: uma reflexão sobre o programa Gestar**. In: CABRAL NETO, Antônio et al. (Org.). *Política pública da educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Os trabalhadores docentes no contexto de nova regulação educativa: análise da realidade brasileira**. In: SEMINÁRIO REDESTRADO – NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA, 7., Buenos Aires, 3, 4 Y 5 de Julio de 2008. Anais...Buenos Aires, 2008. Disponível em: <http://estrado.fae.ufmg.br/cdrom_seminario_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Dalila%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga. **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p 468.

VASSOLER, M.C. Formação de professores no Plano Nacional e Estadual de Educação: reflexões necessárias. **Jornal de Políticas Educacionais**, Paraná, v. 13,

n. 18, p. 1-15, Maio de 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64554>. Acesso em: 25 mai. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v13i0.64554>.

XAVIER, Raimundo Rainero. **A instituição do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) por meio da Lei 11.738/2008 valoriza os professores do magistério da educação básica?** 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA COM COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PME/ANGICOS E COLABORADORES

- 1 Como foi a definição dos membros para compor a comissão de elaboração do Plano Municipal de Angicos?
- 2 Como se deu o processo de elaboração do Plano Municipal de Angicos?
- 3 Quais as discussões que foram realizadas para a definição das metas sobre valorização docente? Fale um pouco sobre o processo de organização do diagnóstico.

**ANEXO A – COMISSÃO LOCAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 057/2015, DE 04 DE MAIO DE
2015**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cinara Ribeiro Damasceno Dantas

**PRESIDENTE REPRESENTANTE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO**

Marília Dantas Rodrigues de Albuquerque

SECRETÁRIA DA COMISSÃO REPRESENTANTE DA 8ª DIREC

Cibele Salviano Guilherme de Souza

REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Grimaldi Cosme Alves

REPRESENTANTE DAS ENTIDADES RELIGIOSAS

Jalmir Dantas de Araújo

RELATOR GERAL REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Kênia Kyara de Carvalho Cunha

REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marleide Barros Lopes

REPRESENTANTE DO ENSINO MÉDIO

João Reinaldo Ferreira

REPRESENTANTE DO ENSINO SUPERIOR

Rita Diana de Freitas Gurgel (UFERSA)

REPRESENTANTE DOS DISCENTES

Teobanente Cunha (UFERSA)

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DE ESCOLAS URBANAS

Inezilda Rodrigues Monteiro

REPRESENTANTE DOS DIRETORES DE ESCOLAS RURAIS

Francisca Adriano de Macêdo Bezerra

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Marcílio Duarte Lima Sobrinho

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Luciano Valentim da Silva

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Maria Tereza de Melo Baracho

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Andreza Michelle Bezerra Cavalcante Lima

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ivanilda Simone da Silva

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO

Ângela Carla Batista

REPRESENTANTE DO CONSELHO DO FUNDEB

Kathycia Kellen da Cruz Soares

REPRESENTANTE DA APAE- ANGICOS

Gilvanda Macêdo Gonçalves Guilherme de Souza

REPRESENTANTE DO STTR/RN

Ivanaldo Rogério Cunha Ferreira

REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Antonio Oberi da Silva

REPRESENTANTE DOS DOCENTES

Elvira Pereira Araújo

REPRESENTANTE DAS ESCOLAS PRIVADAS

Raquel Souza Costa Ribeiro

EQUIPE DE APOIO REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Francisca Francinete Cunha

Joyra Magna Dantas Cunha

Maria Hermínia Rodrigues Bisneta

REPRESENTANTES DOS DIRETORES ESCOLARES

Ana Talita de Macêdo (Educação Infantil – Rede Municipal)

Francisco Canindé Dantas de Medeiros (Ensino Fundamental – Rede Municipal)

Simária do Socorro Cruz (Ensino Fundamental – Rede Municipal)

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Ayra Moab Monteiro Pessoa (Educação Infantil – Rede Municipal)

Cristiana Moreira Lins de Medeiros (UFERSA)

Janaína Cheila Monteiro Palhares de Souza (Educação Infantil – Rede Municipal)

Sueldes Araújo (UFERSA)

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE

Almir Medeiros da Cunha